

# O Programa de Bolsa de Iniciação à Docência/Unifal-MG: uma experiência voltada à Educação pelos Direitos Humanos

The Teaching Initiation Grant Program / Unifal-MG: an experience focused on Education for Human Rights

*Marta Gouveia de Oliveira Rovai\**  
*Luciano Sindra Virtuoso\*\**

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas experiências desenvolvidas nos Fóruns realizados pelo Programa de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), da Universidade Federal de Alfenas, em Minas Gerais. Procurando o diálogo constante e a aproximação entre a Universidade e as escolas parceiras, os encontros envolveram estudantes bolsistas, professores supervisores e coordenadores de área, no sentido de analisar experiências vivenciadas ou observadas nas escolas à luz das teorias educativas e saberes escolares. No ano de 2016 foram abordadas questões relacionadas à indisciplina, à escrita e leitura, mas também ao papel político da educação. Em continuidade, neste ano de 2017, o Pibid/UNIFAL voltou-se para a discussão de uma Educação voltada para os Direitos Humanos, uma vez que os conflitos em torno de questões geracionais, raciais e de gênero emergem nas narrativas e observações de estudantes e professores na prática cotidiana escolar, notando-se a ausência do compromisso com essas temáticas em projetos escolares ou de licenciaturas.

**Palavras-chave:** Pibid/UNIFAL-MG; Fóruns; Educação; Direitos Humanos

## ABSTRACT

This article aims to present some of the experiences developed in the Forums conducted by the Scholarship Initiation Program (Pibid) and the Federal University of Alfenas, Minas Gerais. Searching for constant dialogue and the approximation between the University and the partner schools, the meetings involved scholarship students, supervisors and area coordinators, in order to analyze experiences lived or observed in schools under the light of educational theories and school knowledge. In 2016, questions related to indiscipline, writing and reading were discussed, but also to the political role of education. In continuity, in 2017, Pibid / UNIFAL turned to the discussion of Human Rights Education, since conflicts around generational, racial and gender issues emerge from the narratives and observations of students and teachers in everyday school practice, which suggests the absence of commitment to these themes in school or undergraduate projects.

**Keywords:** Pibid / UNIFAL-MG; Forums; Education; Human rights

---

\*Professora Adjunta da Universidade Federal de Alfenas. Líder do Grupo de Pesquisa História do Brasil: memória, cultura e patrimônio e membro do Grupo de formação de Professores Formativo (Unifal). Coordenadora Institucional do [Pibid-Unifal-MG](#). E-mail: [martarovai@usp.br](mailto:martarovai@usp.br)

\*\*Docente (Classe D / Associado I) no Instituto de Química da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Atuou como Coordenador de Área da Química do Programa Institucional de Iniciação à Docência - PIBID / CAPES em 2012 e 2013 e desde março de 2014 exerce a função de Coordenador Institucional do PIBID na UNIFAL-MG. E-mail: [lsindrav@gmail.com](mailto:lsindrav@gmail.com)

## Introdução

O Programa Pibid/Unifal-MG atua, desde o ano de 2014, na Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas, onde situam-se os municípios de Alfenas, Poços de Caldas, Varginha, Paraguaçu, Campos Gerais, Machado, Campestre e Elói Mendes. Dessas cidades, as três primeiras são polos de referência da UNIFAL-MG sendo que Alfenas possui 43 escolas públicas municipais, 12 estaduais e 26 privadas, totalizando cerca de 14.034 alunos. Atuando nas escolas parceiras, realiza uma política de rodízio procurando ampliar o número de turmas e alunos atendidos.

O Pibid/Unifal-MG, ao longo do ano de 2016, deu continuidade aos processos de formação de professores iniciados em 2014 e 2015 em duas frentes: na formação inicial e na formação continuada de professores. Quanto à formação inicial de professores, desenvolveu um conjunto de atividades que visaram integrar os estudos realizados pelos licenciandos na universidade com a análise e compreensão do cotidiano escolar. Por meio do trabalho das 10 áreas que o compõem, realizou diversas atividades de intervenção didática decorrentes das necessidades verificadas no trabalho diagnóstico de 2014 e 2015. Essas atividades tiveram como objetivo possibilitar aos licenciandos o contato e a vivência do cotidiano escolar por meio do exercício das relações entre teoria e prática, no planejamento e na execução de atividades de intervenção nas escolas, em diálogo constante com os agentes envolvidos na educação escolar.

As atividades didáticas realizadas nas escolas possibilitaram reunir coordenadores, bolsistas e supervisores em um processo de compreensão da realidade escolar de forma a valorizar os processos de planejamento, execução, análise e tomadas de decisão na perspectiva do ensino, da vivência e da gestão escolar. As ações do Programa de Iniciação à Docência procurou, desde o início, promover a aproximação entre a Universidade e as escolas por meio de trabalhos integrados, envolvendo o diálogo na construção de práticas educativas, Fóruns de integração entre coordenadores, supervisores e bolsistas; a realização de um Seminário Anual e o evento de Socialização das atividades do Pibid/Unifal-MG que, em 2016, ocorreu em parceria com a Semana de Ciência e Tecnologia e que teve o objetivo de extrapolar os muros das escolas e da Universidade, sendo realizado em praça pública de Alfenas.

Para este artigo, em especial, pretendemos apresentar algumas destas experiências em que procuramos, como coordenadores institucionais juntamente a coordenadores de área, supervisores e bolsistas, aproximar a Universidade das comunidades escolares e promover a reflexão conjunta de discentes, docentes e supervisores, a partir de demandas que se revelam no cotidiano escolar. Algumas temáticas desenvolvidas nos fóruns do Pibid, realizados em 2016 e 2017, foram selecionadas, a fim de socializar experiências que, a nosso ver, exerceram efeitos positivos sobre a comunidade universitária e escolar, uma vez que abordaram

questões presentes no debate político e público, mostrando-se emergentes e necessárias na elaboração de intervenções educativas em prol dos Direitos Humanos.

## As ações do Pibid/Unifal-MG

Por meio de atividades integradas, O Pibid/Unifal-MG intenta contribuir desta para o fortalecimento da formação e profissionalização docente e para o aprimoramento da atuação dos profissionais da Educação Básica pública, colaborando no processo de ensino e de aprendizagem da Educação Básica, contribuindo para a melhoria de sua qualidade e refletindo, assim, nas metas estabelecidas pelas Avaliações Externas. Para atingir este objetivo, o Pibid realiza um trabalho articulado com os demais programas que atuam diretamente na Educação Básica, como o Pnaic, PME, Proemi e o Pnem, ressaltando o compromisso com o aprimoramento da alfabetização na escola, com o letramento em língua portuguesa, matemático e científico, e com as áreas de conhecimento do Ensino Médio, assim como sua coerência e articulação com os programas educacionais e projetos educativos existentes nas escolas parceiras.

Seu objetivo foi e segue sendo reforçar o papel fundamental da universidade no estabelecimento de uma política institucional de formação de professores, por meio do debate contínuo sobre a profissionalização docente e a realização de ações de ensino, de pesquisa e de extensão que favoreçam processo formativo integralizado, crítico e transformador dos contextos educacional e social nos quais docentes, discentes e comunidade escolar estão inseridos.

A parceria entre a Universidade e a escolas de Educação Básica possibilita maior aproximação entre a teoria acadêmica e a experiência docente em sala de aula, ou a chamada cultura escolar. Este conceito defendido por AndreChervel é fundamental para orientar o planejamento de ações, entendendo a escola, em acordo com ele, como detentora de um poder criativo e autônomo, capaz de formar não somente os indivíduos nela envolvidos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global. (CHERVEL, 1990, p.184). Concordamos, também, com José Sérgio Fonseca de Carvalho para quem

Uma escola é uma entidade social; não a mera reunião de indivíduos com diferentes papéis. Trata-se, pois, da preparação de profissionais cujo trabalho será sempre ligado a uma instituição com práticas, valores e princípios sedimentados ao longo de sua existência histórica, na qual se forja um ethos que poderíamos denominar “mundo escolar” ou “vida escolar”. (CARVALHO, 2007, p.472)

Para isso ser levado em conta, elementos essenciais para pensar avanços quanto à metodologia de ensino e aos conceitos relativos à educação para os Direitos Humanos precisam estar em sintonia com as experiências da comunidade escolar, abrangendo não apenas o aprimoramento da alfabetização, o letramento em língua portuguesa, matemático e/ou científico, mas também os múltiplos saberes, fazeres,

demandas e intencionalidades constituídos no cotidiano escolar e na comunidade ao redor.

Nesse sentido, a formação de docentes é entendida em constante consonância com a pesquisa e a extensão. Desta forma, os bolsistas são estimulados a compor grupos de pesquisa existentes na Unifal-MG, tratando de ensino nas diferentes áreas, a fim de qualificarem suas ações. A troca de ideias sobre o Estágio Supervisionado com demais colegas discentes e professores, assim como o conhecimento de experiências tratadas em mestrados de Ensino e de Educação da Universidade e de outras Instituições de Ensino de Ensino Federal, contribuem para se pensar as relações entre pesquisa, ensino e extensão, aproximando o debate acadêmico dos saberes e necessidades escolares.

Os supervisores, mais do que receber bolsistas em suas escolas, são convidados a participar dos grupos dentro da Universidade e a submeter suas práticas e saberes ao debate, nos mais diferentes eventos, assim como a orientar os bolsistas nas reflexões sobre as relações entre teoria e procedimentos de ensino, quanto às habilidades de aprendizagem, quanto ao currículo (inclusive o oculto) e às vivências escolares. As observações de bolsistas e supervisores buscam promover a avaliação dos atuais Projetos Pedagógicos das Licenciaturas da Universidade quanto ao diálogo acadêmico com o contexto circundante e a elaboração de práticas pedagógicas mais efetivas, assim como a participação de membros do colegiado como consultores de atividades do Pibid.

O Seminário Anual do Pibid/UNIFAL –MG é considerado momento de formação, quando temáticas relativas ao cotidiano escolar e à formação docente são enfatizadas. O desenvolvimento das atividades tem como objetivo levar coordenadores de área, discentes bolsistas e professores supervisores das diferentes áreas a refletirem sobre diferentes práticas docentes em sala de aula. Apresentando suas experiências, os supervisores contribuem para a formação dos novos professores, consolidando-se como co-formadores dos bolsistas e tentando garantir que os processos de ensino e de aprendizagem sejam continuamente revistos, repensados e reinventados. A socialização sobre os trabalhos desenvolvidos por bolsistas, professores e alunos do Ensino Básico e Médio nas escolas e a troca de vivências e saberes entre eles permitem apontar avanços e limites nas ações, problemas e conquistas nos resultados e possibilidades e formas de intervenção educativa.

Em evento realizado no ano de 2016, procurou-se atentar para contextos de indisciplina, preconceito e leitura/escrita nas escolas, além do debate sobre o programa Escola Sem Partido, a partir das demandas observadas e apontadas por meio do diálogo nas escolas, por professores preocupados com questões para além de currículos formais e restritos. Em 2017, a preocupação voltou-se essencialmente para a Educação voltada aos Direitos Humanos, como apresentamos a seguir.

## A formação de professores, os Direitos Humanos e a reflexão sobre a realidade escolar: experiências relevantes a partir de novas demandas

Desde a implantação da nova proposta em 2014, este programa tem contribuído de forma significativa para a permanência dos discentes nos cursos de Licenciatura e tem proporcionado a eles formação inicial mais sólida envolvendo planejamento, execução, análise e tomadas de decisão com base nas atividades desenvolvidas na escola e para a escola, juntamente com os supervisores. Em 2016, os trabalhos de formação inicial e continuada, desenvolvidos no âmbito dos Fóruns de Integração, foram realizados em continuidade àqueles realizados nos dois anos anteriores e objetivou promover debates sobre temáticas que estão fortemente presentes no cotidiano escolar, impactam diretamente a ação docente e que são muitas vezes negligenciadas no âmbito da formação acadêmica dos cursos de licenciatura da Unifal-MG. Esta discussão, em particular, tem envolvido vários docentes e discentes dos cursos de licenciatura e, acreditamos, tem contribuído para apontar fragilidades nos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPCs) dos cursos e necessidades de reformulações.

Outro ponto relevante tem sido a continuidade e o aprofundamento do trabalho coletivo das áreas sob uma visão multi e interdisciplinar que, em 2016, resultou em novas ações coletivas de intervenção e posterior socialização e reflexão dos resultados nas próprias escolas parceiras. Essas atividades têm proporcionado uma vivência de conhecimento da realidade escolar que as licenciaturas não conseguem explorar com a profundidade necessária no âmbito das disciplinas de caráter pedagógico. Nesse sentido, estas atividades transcenderam o que é feito no estágio curricular obrigatório das licenciaturas e proporcionaram uma vivência e conhecimento da realidade escolar ímpar, o que tem refletido nas próprias licenciaturas a partir das trocas de informações no âmbito das disciplinas e nas conversas informais com os colegas dos cursos que não participam do Pibid.

No Fórum de Integração realizado em 2016 o foco foi o desenvolvimento de atividades coletivas na discussão do cotidiano escolar e suas necessidades e expectativas. Grupos de formação foram organizados e estudos/debates conduzidos considerando os seguintes temas transversais: Base Curricular Nacional; Escola Sem Partido; Ética na Educação; Novas Tecnologias de Ensino. Não foram temáticas escolhidas aleatoriamente, mas selecionadas levando em consideração observações realizadas pelos discentes e também por apontamentos dos supervisores/professores, que enfrentam dificuldades para a realização das práticas educativas, por falta de estrutura ou de conhecimento relativos aos conceitos e debates públicos. O objetivo maior desse Fórum, conforme previsto no projeto inicial do Pibid/UNIFAL-MG, foi proporcionar aos licenciandos atuação comprometida para além dos limites da Graduação e formação continuada aos supervisores e coordenadores.

A partir de dinâmicas em grupos, nos quais se misturaram discentes e supervisores das 10 áreas de conhecimento, buscou-se analisar situações no espaço

escolar relativos às dificuldades de ensino, não comportando apenas questões de aprendizagem, mas de convivência envolvendo intolerância, ausência de empatia e discriminação racial e de gênero. Cada grupo pode trazer suas observações e sugestões e submetê-las ao debate.

Assim, discussões em torno das novas tecnologias no ensino contaram com a participação de especialistas no campo digital, assim como de professores da rede pública de ensino e de estudantes, de forma a não abordar apenas procedimentos de ensino, mas valores, comportamentos e saberes que transpassam as relações escolares. Temas como a ética e o Programa Escola Sem Partido foram debatidos a partir de suas implicações para práticas democráticas e liberdades docentes; respeito e compromisso com a educação, entendendo a construção da Base Nacional Curricular como um projeto político que envolve todos os sujeitos das práticas educativas, dentro e fora da universidade e das escolas.

Partimos, também, do pressuposto de que a ação educativa visa a formação para cidadania, contribuindo para a constituição de identidades individuais e coletivas, para o reconhecimento dos direitos e para a interação social construtiva no cotidiano escolar, de tal forma que discentes e professores sejam capazes de perceber os múltiplos momentos de conflito escolar para contribuir com sua intervenção e com o diálogo com seus alunos. A parceria entre Universidade e escola pode ampliar o olhar necessário sobre experiências que exigem postura política de diferentes educadores diante de inúmeras violações de direitos, muitas vezes ignoradas pelos currículos escolares.

Desta forma, concordamos com as concepções de Alexandre Antonio Gili Nader (2007, p.422), segundo o qual é preciso partir da percepção do Conhecimento/Cultura “como instrumental absolutamente indispensável para o reconhecimento e a conseqüente luta em defesa – pela sua real efetivação – dos demais Direitos Humanos”. A Educação para os Direitos Humanos apresenta-se como orientadora nos projetos do Pibid/UNIFAL-MG nas atividades dentro da Universidade e nas escolas, associando Educação e transformação social:

(...) a idéia é de que o Conhecimento – articulado como totalidade, a partir das peculiaridades de seus diversos ramos- em seu vasto repertório representativo das experiências acumuladas pela espécie ao longo do processo histórico, será capaz de proporcionar, amplamente, aos que dele se apropriam, tanto a identificação (no presente) de situações, de abrangência e natureza variadas, nas quais estejam sendo agredidos princípios que se materializam em direitos, quanto estimular o compromisso e a capacidade de otimizar a formulação e execução de táticas/estratégias para reverter e impedir essas situações (presente e futuro). (NADER, 2007, p.422)

Nesse sentido, os Fóruns planejados para o ano de 2017 (entre quatro, foram realizados dois até o momento) voltaram-se para a necessária discussão, serena mas atenta, a respeito da proposta de introdução, nos currículos escolares e nos Projetos Pedagógicos das Licenciaturas, de conteúdos que se voltem para o compromisso com os Direitos Humanos, como forma de incrementar a elaboração de atuações mais eficazes na escola. Diante do reconhecimento de lacunas e da ausência deste tipo de

debate na formação de licenciandos e na ação de professores nas escolas, é necessidade urgente tomá-la como orientadora de novas práticas educativas formadoras de valores como respeito, empatia, ética e direito ao direito.

Em 2017, o tema geral que permeará todos os debates dos fóruns de integração e culminará no seminário anual do Pibid-UNIFAL/MG será: "Formação de professores e as novas demandas". No primeiro encontro, já realizado, a dinâmica que envolveu discentes e docentes da Universidade e das escolas parceiras, voltou-se para a reflexão em torno da "Intolerância e Direitos Humanos". Fugindo das discussões formais e acadêmicas, a organização contou com a participação de todos os envolvidos enquanto bolsistas: discentes, supervisores e coordenadores. Por meio de uma pesquisa virtual, cada um pode narrar uma experiência (vivida ou presenciada), em diferentes espaços educativos (formais ou informais; físicos ou virtuais) relativa à violação de Direitos Humanos, envolvendo casos de intolerância em suas mais diferentes dimensões.

Muitos relatos foram socializados, no encontro, entre os grupos de formação das diferentes áreas, para que alguns fossem eleitos para o debate coletivo, uma vez que a possibilidade de abordar todos seria dificultada pelo curto tempo. No entanto, a partir da multiplicidade de histórias, pode-se ter acesso a uma série de práticas – explícitas ou não – de desrespeito aos Direitos Humanos nas escolas e seu entorno: a prática do chamado *bullying* virtual entre colegas da universidade e da escola; a discriminação de gênero e de raça nas escolas; a intolerância religiosa e mesmo estética (em relação a pessoas gordas ou com deficiência física), só para citar alguns exemplos, foram identificados pelos discentes e docentes em diversos locais de atuação, tratados muitas vezes com indiferença ou apatia.

Dentre alguns dos casos apresentados, citamos três mais votados pela comunidade acadêmica e debatidos pelos grupos:

Um professor da UNIFAL-MG no ano de 2015 durante meu primeiro semestre na universidade constrangeu a mim e ao resto da sala numa discussão baixa e nervosa, me expondo pessoal e academicamente na frente de todas/os. Tudo começou quando ele objetificou a mulher (fazendo um paralelo com carnaval e futebol, sendo esses três o que o Brasil tem de bom; segundo ele), esse professor não foi só machista, mas também, usou de sua posição enquanto professor para separar a sala e usar de violência psicológica, colocando as/os discentes uns contra os outros, além de ameaçar os descontentes no email da sala.

A partir daí, as aulas não foram mais as mesmas até que chegou ao ponto do constrangimento citado no início desse relato.

A experiência se passou numa escola de ensino fundamental, pública municipal. Numa manhã, nessa escola, estava eu e mais um bolsista na sala dos professores no horário do intervalo e presenciamos a expulsão de uma aluna, sem algum motivo aparente, os professores logo após o ocorrido comentaram a

respeito. O motivo? A aluna de 9ºano estava grávida e não podia continuar os estudos ali naquela escola, pois seria um alvoroço por parte dos alunos e podia de certa forma induzir os outros alunos e afins. Foi bem desagradável ver aquilo, pois a escola omite o ensino de educação sexual para os jovens e quando algo como esse ocorre eles tiram a responsabilidade e preferem omitir ao conscientizar. Foi um momento marcante na minha trajetória e até hoje eu tento entender, mas não tem justificativa plausível para isso.

Havia um aluno que recorrentemente sofria preconceito por parte dos professores por ter dificuldades de aprendizado, além de estar acima do peso e os demais alunos praticarem bullying com ele por esse motivo. Ele sempre era exposto ao ridículo pelos professores, esses muitas vezes diziam que não esclareceriam suas dúvidas porque a resposta era óbvia, e chegaram a chama-lo por adjetivos pejorativos. Como esse indivíduo era motivo de chacota por parte dos professores os alunos se aproveitavam disso para ofendê-lo ainda mais, faziam caricaturas, o excluía de trabalhos realizados em grupo. Com tudo isso, o garoto aceitava aquilo como verdade e desconhecia o próprio potencial, pois nunca era lhe dada uma oportunidade de se descobrir.

A partir dos exemplos selecionados coletivamente, grupos de debate foram formados, levando em conta algumas orientações para a reflexão coletiva: a omissão da universidade e da escola diante de problemas como os citados acima; a percepção dos limites de ação da escola, a partir de elementos externos, para a resolução de problemas desse tipo; as potencialidades da escola e as possíveis ações para intervenção na defesa dos Direitos Humanos.

Entre as questões levantadas pelos grupos, as principais foram: Como o debate em torno de discursos e práticas de intolerância tem sido conduzido nas escolas? E nas universidades? Como as mensagens e atos de desrespeito, intolerância e até mesmo de ódio, construídas e tratadas de forma banalizada, fragmentada e muitas vezes anônima, na internet, afetam a ética na escola, a construção de valores nos espaços educativos e as relações sociais? Eles têm sido motivo de debate na elaboração dos projetos pedagógicos da Universidade e das escolas? Como a discussão sobre os aspectos das novas legislações previstas para o ensino superior, envolvendo questões como a condição social do negro, do indígena, do migrante, práticas de intolerância política, religiosa e de gênero, são trabalhadas na formação do professor, nos cursos de licenciatura e em suas práticas pedagógicas?

“O impacto de discursos e políticas públicas na formação de professores”, temática do segundo Fórum do Pibid/UNIFAL-MG, deu continuidade a estas questões, inserindo-as, agora, dentro das questões que envolvem a Reforma do Ensino Médio, realizada pelo Governo Federal, e suas implicações para a introdução da temática dos Direitos Humanos nos conteúdos e também nas expectativas de estudantes. A discussão, realizada juntamente a professores e supervisores de



Alfenas, abordou problemas decorrentes da inclusão do conceito de notório saber na LDB, por exemplo, com a finalidade, por parte do Estado, de legitimar a inclusão de novos profissionais sem exigir a qualificação docente e o comprometimento com a Educação.

A exclusão de certas disciplinas do currículo escolar, com a reforma – como a Filosofia, a Sociologia, a História, o Espanhol e as Artes, dentre outros – com o discurso de que poderão ser oferecidas pelas instituições escolares, e suas repercussões para os futuros profissionais e a formação dos alunos nas escolas, também foi importante aspecto deste fórum. A falta de estrutura física e profissional para a implementação de projetos como este, assim como o esvaziamento de conceitos, práticas e de conteúdos voltados à cidadania, preocuparam as comunidades acadêmica e escolar.

A não obrigatoriedade do ensino da história africana, afro-brasileira, indígena, além da retirada da temática de gênero da Base Nacional Curricular, sem consulta a agentes diretamente envolvidos com o processo de ensino e aprendizagem, foi apontada como grande perigo ao desenvolvimento de uma educação voltada ao respeito aos Direitos Humanos. A própria ideia de uma Base educacional unificada nacionalmente, sem levar em conta as múltiplas experiências culturais e sociais nas diversas regiões e escolas do país, esvazia o direito às diferentes identidades, o aprendizado com o passado e as expectativas de futuro de cada geração. Retomando questões anteriores, como a Escola Sem Partido, discutiu-se a questão do espaço escolar como território político, mesmo quando aparentemente defendido como neutro por grupos conservadores. A liberdade de cátedra, a tolerância, o direito à escolha dos alunos sobre o caminho a ser trilhado foram apontados pelo debate público, como potencialmente ameaçadas por políticas públicas educacionais restritas, unilaterais e anti-democráticas, que afetam a cultura escolar e a vida universitária de futuros docentes.

## Considerações finais

No âmbito da UNIFAL-MG, as ações do Pibid têm impactado diretamente as licenciaturas e gerado debates sobre nossa formação inicial. Ao contrário do que foi observado em 2014 e 2015, as ações do Pibid no âmbito da Graduação têm levado alguns Núcleos de Licenciaturas a repensarem e reformularem as dinâmicas curriculares. Como exemplo, pode-se citar o curso de licenciatura em Química que em 2017 deverá apresentar à Pró-Reitoria da Graduação (PROGRAD) da UNIFAL-MG uma nova proposta de projeto pedagógico de curso em que as experiências escolares e os debates realizados foram considerados na reformulação do currículo.

Outro aspecto é que as ações do Pibid nas escolas permitem aos bolsistas de Iniciação à Docência uma reflexão qualitativa das relações entre formação inicial e profissão docente. Nesse sentido, o trabalho dos coordenadores, juntamente com os supervisores, tem sido o de proporcionar o contato dos licenciandos com teorias e abordagens atuais relacionados aos temas transversais em discussão, por meio de textos e debates conduzidos nos Grupos de Formação. Esse trabalho tem permitido a

todos os bolsistas do Pibid/UNIFAL-MG vislumbrar as questões debatidas sobre uma perspectiva contextualizada, mais ampla e profunda.

No final do ano de 2014 havia sido identificado que os cursos de Licenciatura não aproximavam os alunos de referenciais teóricos e de experiências que possibilitassem a análise do cotidiano escolar, o que demandou, por parte de nossas licenciaturas, uma melhor identificação entre as relações, diferenciações e possibilidades de mediação entre conhecimento científico e acadêmico com o conhecimento escolar. Em 2015, foi relatado por coordenadores, supervisores e alunos bolsistas que a realidade não se alterou muito. Em 2016, com a continuidade das ações de formação e talvez porque o Pibid tenha se consolidado melhor na elaboração de suas ações, já é possível perceber algumas mudanças significativas nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura da UNIFAL-MG e, principalmente, uma postura mais crítica e ativa por parte dos próprios licenciandos em participar e propor novos temas para o debate sobre a Educação e suas implicações no que diz respeito aos Direitos Humanos.

A inserção do Pibid nas escolas do município de Alfenas tem contribuído para gerar reflexões sobre diversos aspectos do contexto escolar, tais como a gestão escolar, as avaliações externas, os processos de ensino-aprendizagem e a organização do espaço. Especialmente, novas demandas emergiram a partir e para além destes aspectos: a necessidade de trazer à luz das teorias e de saberes escolares experiências e problemáticas envolvendo questões de gênero, intolerância racial, política e religiosa, não restritas ao espaço escolar, mas estendendo-se à internet.

Tais reflexões não são efeito direto da inserção do Pibid nas escolas, mas foram potencializadas pela presença dos bolsistas de Iniciação à Docência e dos professores supervisores que convivem com a escola e com a universidade, alterando, pelo diálogo, o entendimento e a postura sobre o papel da Universidade no espaço escolar. Os conflitos políticos e sociais, presentes em diferentes setores da sociedade brasileira e, em especial, alfenense, não podem ser ignorados por uma educação que se pretende comprometida com o direito e a cidadania, num país que reconstrói, a passos largos, a sua democracia. Nesse sentido, optamos por apresentar aqui algumas experiências do Pibid/UNIFAL-MG, que foram significativas para o crescimento das comunidades acadêmica e escolar, e para o aprofundamento de sua parceria, e que promoveram o desafio e o “desconforto” positivo diante da necessidade de repensarmos as nossas licenciaturas. Desta forma, consideramos que temáticas como o gênero, o direito, a tolerância a ética e a empatia como parte dos currículos escolares, têm representado avanços na análise de aspectos fundamentais da realidade escolar e oportunizado aos professores e gestores das escolas, bem como aos licenciandos, um espaço de debate e de proposição de ideias para a construção de uma Educação voltada aos Direitos Humanos, no combate contra o seu esvaziamento político.

## Referências bibliográficas

CARVALHO, José Sérgio Fonseca. Uma ideia de formação continuada em educação e direitos humanos In SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, 513p.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, v. 2, p.177-229,1990.

MELO Neto, José Francisco. Educação popular em direitos humanos In SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, 513p.

NADER, Alexandre Antonio Gili. O estado nas políticas educacionais e culturais em direitos humanos: o papel a ser desempenhado pela escola (pública) In SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, 513p.

**Recebido em 02/08/2017.**

**Aprovado em 09/08/2017.**